



Semae

Isenção de tarifa

Conespi quer benefício aos trabalhadores desempregados

Com o reajuste de 15% a 20% aplicado, a partir deste mês, nas tarifas de água e esgoto pelo Serviço Municipal de Água e Esgoto (Semae), o Conselho das Entidades Sindicais de Piracicaba (Conespi) pede a isenção do pagamento para os trabalhadores desempregados. O pedido foi feito ontem, durante reunião do presidente do Conespi, Francisco Pinto Filho, o Chico, com o presidente do Semae, Vlamir Schiavuzzo. O sindicalista foi cobrar explicações sobre os motivos que levaram a autarquia a aplicar novos reajustes nas tarifas. Da reunião também participaram os diretores do Conespi, Fânio Luis Gomes, Edson Batista dos Santos e José Antonio Fernandes Paiva, que também é vereador.

O presidente do Semae observou que o reajuste está sendo aplicado para garantir a plena manutenção do abastecimento, uma vez que com a crise hídrica ocorreu queda no consumo e, consequentemente, na receita, que está similar a do ano de 2013, de aproximadamente R\$ 9,5 milhões por mês. No entanto, os gastos da autarquia continuam os mesmos para garantir o nível de fornecimento de água, ultrapassando a casa dos R\$ 10 milhões mensais, valores necessários para custear os aumentos nas contas de energia, produtos químicos e reajuste dos servidores. "Só a conta de energia do Semae passou de R\$ 1,3 milhão para R\$ 2,7 milhões mensais, enquanto que os produtos químicos tiveram aumento de 11%", ressaltou. Daí, de acordo com o Semae, a necessidade da aplicação do reajuste de 9,12% no início do primeiro semestre e este novo, neste mês, com base na



Divulgação

Integrantes do Conespi fizeram a reivindicação para Vlamir Schiavuzzo, presidente do Semae

Lei Municipal 7371/2012, aprovada pela Câmara de Vereadores, que dá poderes ao Semae de remeter à Agência Reguladora de Recursos Hídricos pedido de autorização para reajustes nas tarifas.

Vlamir Schiavuzzo explicou que, apesar da queda na arrecadação, o Semae manteve o mesmo nível do serviço e da água oferecida aos consumidores. De acordo com ele, 52% dos consumidores terão reajuste na tarifa de R\$ 3,52, sendo que para 84% serão aplicados 15% do reajuste, que é escalonado. "Mesmo assim, a nossa tarifa continuará sendo a menor da região, comparando as cidades como Americana, Limeira, Rio Claro e Campinas", disse. Conforme o presidente do Semae, também há um projeto de contenção das perdas de água, no qual a autarquia pre-

cisa dar sua contrapartida para as verbas bancadas por financiamentos do governo federal, em que o município entra com 20% do montante para que os recursos sejam liberados.

Apesar destas explicações, o Conespi quer que o Semae encontre mecanismos para conceder isenções a trabalhadores de baixa renda que estão perdendo o emprego. A ideia é criar uma comissão, envolvendo as Secretarias Municipais de Trabalho e Renda e a de Desenvolvimento Social, para que trabalhadores desempregados e de baixa renda possam ter isenção na tarifa, por um determinado período e até um certo limite de consumo, conforme o número de moradores no domicílio. "O nosso entendimento é de que há trabalhadores que também estão tendo sérias dificuldades de arcar com

mais este reajuste, principalmente os que estão sem emprego. Eles até recebem o seguro-desemprego, mas isso é por um tempo determinado e a nossa preocupação é quando deixarem de receber este auxílio", disse Chico.

NA JUSTIÇA

Depois de entrar com mandado de segurança, tentando suspender o aumento da tarifa de água, o vereador Laércio Trevisan Jr. ingressou na sexta-feira, no Ministério Público, com uma ação cível pública, com concessão de liminar, para barrar o reajuste. A iniciativa tem como titular a Associação dos Funcionários da Esalq. Segundo Trevisan, o MP deu parecer favorável e o pedido seguiu para a Vara da Fazenda para análise e decisão do juiz Vander Rossetti Júnior.